

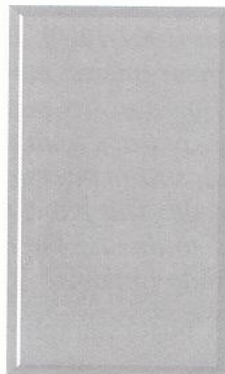


Fábio Tadeu Vighy Hanna (Uniso)

*Continuidades e rupturas na crítica  
historiográfica sobre Caio Prado Júnior  
(1930-1990)<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Este texto é, com alterações, parte substancial do primeiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado, *A modernização do Brasil em Caio Prado Júnior e Oliveira Vianna: uma discussão sobre os vínculos entre suas Interpretações do Brasil e seus projetos políticos nacionalistas*.



### RESUMO

Caio Prado Júnior (1907-1990), intelectual de primeiro relevo do pensamento social brasileiro do século XX, despertou, desde o lançamento de suas primeiras obras, nos anos de 1930, grande interesse na intelectualidade brasileira. Porém, essa intensidade não garantiu uma diversidade interpretativa. Ao contrário, verifica-se uma linha mestra de interpretação compartilhada pelos estudiosos desde a década de 1930 até, pelo menos, meados da década de 1980. Momento de ruptura avaliativa é verificado a partir do final dos anos 80. Com efeito, este artigo discute a trajetória (rupturas e continuidades) e os principais pontos das análises historiográficas que têm como objeto Caio Prado.

**Palavras-chave:** historiografia brasileira, intelectual brasileiro, Prado Júnior, Caio (1907-1990), ideologia.

### ABSTRACT

*Caio Prado Júnior (1907-1990), an outstanding Brazilian intellectual from the 20<sup>th</sup> century raised great interest amongst Brazilian intelligentsia since his early works in the 30's. However, his popularity did not guarantee a variety of interpretations. On the contrary, from the 30's to at least the middle years of the 80's scholars shared a mainstream interpretation; a rupture of valuation is only observed at the end of the decade. This paper aims to trace this trajectory (its ruptures and discontinuities) and to discuss the main points on the historiographic analysis concerning Caio Prado Júnior.*

**Keywords:** brazilian historiographic, Brazilian intellectual, Prado Júnior, Caio (1907-1990), ideology.

## Introdução

As *Interpretações do Brasil* escritas por Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*: ensaio de interpretação materialista da história do Brasil (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* — colônia (1942) estão entre as mais significativas para a compreensão da *formação do Brasil*, produzidas pela inteligência brasileira do século XX.<sup>2</sup> Já se vão 70 anos do lançamento daquela e 60 anos desta e ambas continuam com vitalidade invejável — seja em termos de aceitação de seus principais pontos sobre a História do Brasil e pelas tentativas revisionistas que ganham força nos anos de 1970 em diante, seja pelo sempre grande interesse da crítica historiográfica (e dos economistas, sociólogos, cientistas políticos entre outros).

O interesse e o prestígio despertados pelo ensaio *Evolução Política do Brasil* repousam não apenas no fato de ser o livro de estréia de Prado Júnior. Parte significativa reside no fato de ele ser também a mais bem-sucedida aplicação, até aquele momento, no Brasil, do materialismo histórico para a compreensão do processo político brasileiro. Ponto alto do livro — escrito tendo como viés a luta de classes no âmbito da política — é o capítulo *A Revolução*. Neste, que representa mais da metade do ensaio, Caio Prado analisa o processo da Independência como um extenso período que se inicia com a chegada da corte portuguesa em 1808 e se completa com o fim das revoluções populares em 1848. A atenção central, no entanto, está na análise da participação ou não das camadas populares no processo de independência (e nas diversas revoluções do período), a falta de uma ideologia (de classe) nessa população e os resultados (negativos) dessa situação.

Seu livro fundamental, no entanto, viria quase dez anos depois. Em 1942, *Formação do Brasil contemporâneo* — colônia, obra que, embora contemple temas discutidos no seu ensaio de estréia, é muito diversa deste. Assim, ao passo que na primeira obra Caio Prado está concentrado na luta de classes, nesta o autor busca compreender a estrutura da formação do Brasil contemporâneo (dele), a partir do início do século XIX. Magistralmente

---

<sup>2</sup> Destacamos apenas essas obras pelo fato de a primeira ter o significado simbólico de ser a obra inaugural do autor e considerada um marco de ruptura na historiografia brasileira. Quanto ao segundo livro, lançado em 1942, é nele que encontramos a categoria *sentido da colonização*, responsável que será — diga-se de imediato, até as suas últimas obras nos anos 80 — pela explicação do sentido da História do Brasil, qual seja, o de produzir para o mercado externo.

condensa-a na categoria *sentido da colonização* — categoria que determina não apenas o econômico como o social e o político (e o geográfico) —, que será, até o fim de sua vida, o seu referencial teórico e político sobre o país.

Se vamos à essência desse *sentido*, encontramos uma colônia estruturada para atender com gêneros primários ao mercado exterior e, sobre essa base estrutural, uma sociedade caracterizada pelo *setor orgânico* (senhor e escravo que levam à frente a empresa colonizadora voltada para o mercado externo) e o *setor inorgânico* (composto pelos *desclassificados* sociais: o grosso da população que não encontra espaço fixo na limitada estrutura econômica que comporta apenas o primeiro setor).

Entretanto, é necessário destacar que a leitura que o autor realiza da história do Brasil está condicionada pelo seu projeto político que consiste, em última análise, na superação do modelo econômico brasileiro voltado para a exportação — o que caracterizaria a situação colonial — e a consolidação da economia voltada para o mercado interno — imprescindível, para o autor, na formação e consolidação da nação brasileira. Por isso, entende-se que a leitura de Caio Prado deve, necessariamente, passar pelos vínculos existentes entre a suas *Interpretações do Brasil* e seu projeto político nacionalista voltado para o desenvolvimento do mercado interno.

### Percursos da historiografia brasileira: os olhares sobre Caio Prado

Apresentar o percurso da crítica historiográfica brasileira, em especial sobre Caio Prado, só é possível quando atentamos para, pelo menos, uma particularidade<sup>3</sup> responsável pelo consenso, que vigorou até, pelo menos, a década de 80 do século passado, de que Caio Prado representaria a modernização (total) da historiografia brasileira, sendo, desta forma, toda a historiografia produzida desde a fundação do IHGB, em 1838, até os anos de 1920 “representações” do pensamento conservador/autoritário e, em menor medida, pautada por metodologias/teorias ultrapassadas.

Tal peculiaridade se refere ao fato de que grande parte da crítica historiográfica produzida a respeito de Caio Prado — em especial a dos intelectuais ligados às universidades, por isso, as produzidas a partir de dos

---

<sup>3</sup> Podemos evidenciar, pelo menos, outro elemento responsável pelo consenso em torno de Caio Prado: representativa parte de seus intérpretes apresenta o mesmo posicionamento político-ideológico de Prado Júnior.

anos 60 — tinha como objetivo último legitimar os principais autores da “geração de 30”, o que representa, na verdade, a legitimação dos produtores dessas análises.<sup>4</sup> Assim, a sistemática valorização de Caio Prado e Sérgio Buarque, em especial, e, em menor medida, Gilberto Freyre, por um lado e, por outro, a desqualificação de autores como Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Varnhagen e outros, permitiu que os modelos analíticos iniciados por Prado Júnior, Buarque de Holanda e Freyre fossem adotados por grande parte dos historiadores brasileiros — em especial por aqueles que os valorizavam. Contudo, isto representou uma distorção no modo de avaliar a produção historiográfica de Caio Prado.

Com efeito, a visão hegemônica em torno da geração de Caio Prado, em voga até meados da década de 1980, responsável por profundas marcas na produção histórica brasileira, tem origem na falta de equidade nos critérios de análise, devido, como adiantamos, ao próprio movimento interno ao campo historiográfico. Na busca de legitimação, a geração de 30 era valorizada. Os dois pesos e as duas medidas adotadas pela crítica historiográfica estavam calcadas na adoção de perspectivas analíticas que ressaltavam apenas aspectos historiográficos — quando estavam focados nos chamados autores progressistas/democráticos, representados, essencialmente por Caio Prado e Sérgio Buarque e valiam-se de uma mistura de crítica historiográfica com elementos políticos — essencialmente no estudo da geração de Oliveira Vianna e, também, do autor Gilberto Freyre.

Quanto à característica da crítica historiográfica brasileira, produzida a partir dos anos 60 até os anos 80 do século passado, de se legitimar através da legitimação da geração de 30 em detrimento dos intelectuais como Alberto Torres, Capistrano de Abreu e outros, cabe retornar, antes disso, ao que foi produzido em termos de crítica historiográfica, no momento em que Caio Prado desponta no cenário cultural brasileiro (1920/30).

Entre as primeiras análises sobre Caio Prado Júnior está a de Alcântara Machado, publicada em 1933, no *Diário de São Paulo*. Sob o título otimista *Um novo valor*, Antonio de Alcântara Machado não vai, porém, realizar uma análise do ensaio *Evolução Política* desprovida de críticas. A primeira delas se refere à exclusão, por parte de Prado Júnior, de determinados fatos his-

---

<sup>4</sup> Não estamos afirmando que houve premeditação ou “má fé” desses autores. Apenas, como sabemos, existem disputas acirradas na academia para que determinadas motivações políticas, metodológicas e teóricas sobressaíssem às outras: tais historiadores estavam defendendo seu espaço dentro de seu campo de atuação, ou seja, nas universidades brasileiras.

tóricos que para ele, teriam grande importância, a começar pela Inconfidência Mineira. Justifica-se o crítico, afirmando que para quem analisa a história pela luta de classes “[...] não é possível pular períodos e desprezar acontecimentos da vida nacional por mais insignificantes e odiosos que pareçam à concepção materialista ou outra qualquer [...]”. Outra crítica é desferida principalmente no que mais toca o analista, quer dizer, nos ataques que Caio Prado faz aos bandeirantes. Chega, por exemplo, a classificá-lo de infantil e irônico pelo fato de qualificar os bandeirantes de caçadores de índios. Os elogios, por sua vez, recaem, especialmente, sobre a inovação pelo uso do materialismo histórico na compreensão do percurso histórico brasileiro, no aprofundamento do conhecimento de nossa história — uma vez que Prado Júnior ressalta os alicerces de nossa constituição econômica e social —, e, também, pelo fato de a história passar a ser contada de baixo para cima, de dentro para fora. O autor finaliza assim:

Espero com confiança a “história completa” que Caio Prado Jr. pretende “algum dia” tentar. Porque esta Evolução Política do Brasil revela um valor novo com o qual se deve contar para uma compreensão mais exata da nossa constituição (ou da nossa desordem) social e econômica, da história que se processa no seio da população, a que importa, a verdadeira. (ALCÂNTARA MACHADO, 1933).

As aprovações se seguem. Em 1951, por exemplo, José H. Rodrigues faz uma avaliação extremamente positiva do livro *Formação do Brasil contemporâneo*. Os elementos valorizados são o uso do materialismo como método de análise, o vigor na apresentação das condicionantes do Brasil atual (entenda-se o período em que Caio Prado escreve o livro) e por inaugurar uma nova fase na historiografia brasileira.

A exposição de duas das primeiras análises feitas a respeito de Prado Júnior não tem como função principal destacar a recepção em si mesma que o autor teve ao longo do período compreendido entre o início da década de 1930 até o final da década de 1960. O fundamental reside no fato de que essas análises perduraram, isto é, vamos encontrar os mesmos elementos valorizados ou desqualificados nas avaliações iniciais nas mais consagradas críticas historiográficas da década de 1970.

Em *A História em Questão. historiografia brasileira contemporânea*, de Roberto Lapa Amaral, o autor “denuncia” — isto em 1976 — que, desde os trabalhos seminiais de José Honório Rodrigues até a data do seu estudo, os historiógrafos agiram praticamente da mesma maneira. Para Lapa, houve a

consolidação de uma mesma maneira de entender a historiografia brasileira em, pelo menos, dois pontos:

- 1) Das obras mais importantes que cunharam o processo de elaboração do conhecimento histórico.
- 2) Dos fatores que obstaculizam o trabalho do historiador, o que se de um lado permitiu o estabelecimento de um quadro valorativo e a consciência das dificuldades, não desceu, do outro, aos subterrâneos ideológicos para poder perceber a seiva que nutriu até ontem o comportamento da província de historiadores brasileiros (LAPA, 1976, p.190).

Para Lapa, no entanto, os trabalhos de Mota (1975) e Figueira (1973) representariam um avanço na compreensão da historiografia brasileira “[...] ao deslocarem certos focos de análise em relação a autores e obras e sua significação no longo processo de produção do conhecimento histórico brasileiro [...]” (LAPA, 1976, p. 191). E completa:

Por outro lado e não desprezando de todo as análises anteriores, aqueles textos mostram que o quadro pode e deve ser dimensionado a outros, sendo necessário rever a posição dos ídolos e a definição dos mitos. Enfim, são os primeiros trabalhos que conhecemos, feitos por historiadores brasileiros de ofício, em que a preocupação analítica é marcada por inferências explicitamente ideológicas. (Id., p. 191).

É preciso, entretanto, “contestar” essa avaliação por dois motivos básicos: um deles é que não há um deslocamento de foco e de significação de certos autores e obras suficientes para romper com o que, há muito, vinha sendo propagado a respeito de Caio Prado; o outro motivo, com o qual não podemos concordar, ligado à suposta inovação que Carlos Guilherme e Alcântara Figueira alcançaram, ao privilegiar uma análise preocupada com aspectos ideológicos, uma vez que a busca de aspectos ideológicos na produção historiográfica brasileira continuaria, com esses autores, a recair apenas nos intelectuais do naipe político de Oliveira Vianna,<sup>5</sup> por exemplo — ou próximo dele —, poupando, dessa forma, os intelectuais democráticos/socialistas como, por exemplo, Sérgio Buarque e Caio Prado.

---

<sup>5</sup> Entre os autores que anteriormente adotaram esse posicionamento perante Oliveira Vianna podemos citar Astrojildo Pereira e Pereira Batista (década de 1920), Néelson Werneck Sodré (1961) e Dante Moreira Leite (1969).

Tomemos como exemplo o “clássico” estudo de Carlos Guilherme Mota, intitulado *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos, tentativa de avaliação e crítica* (1975), posteriormente ampliado, resultando no livro *A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. Pela periodização da produção historiográfica brasileira, apontada por Mota,<sup>6</sup> Caio Prado inscreve-se no *Redescobrimento do Brasil* (1933-1937). As obras surgidas nesse momento histórico seriam fruto, em última análise, da Revolução de 30 que, se não proporcionou transformações significativas na sociedade brasileira,

[...] ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira — já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista, de outro. Assim como no plano da política, na seara historiográfica novos estilos surgiram, contrapondo às interpretações autorizadas de Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna concepções até então praticamente inéditas e que soariam como revolucionárias para o momento. A historiografia da elite oligárquica [...] vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Roberto Simonsen (1937). A obra que certamente representa o início do redescobrimento do Brasil é a de Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil* (1933), anunciando um método relativamente novo, dado pela interpretação materialista [...] A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira — enquanto categoria analítica. (MOTA, 1994, p. 28).

Para compreender essa avaliação de Mota e demonstrar que o autor pouco acrescenta na maneira de olhar para Caio Prado, não podemos perder de vista nem as análises sobre Caio Prado citadas acima e tampouco os

<sup>6</sup> Teríamos cinco momentos essenciais na produção historiográfica brasileira dos últimos 40 anos, isto é, da década de 1930 até a década de 1970: *Redescobrimento do Brasil* (1933-1937), *Primeiros frutos da Universidade* (1948-1951), *Era de ampliação e revisão reformista* (1957-1964), *Revisões radicais* (1964-1969) e *Impasses da dependência* (1969-1974).



argumentos de Lapa a respeito da inovação de Guilherme Mota. Somente assim será possível demonstrar que a ruptura no modo de compreender a geração de Prado Júnior só ocorrerá no meio da década de 1980.

É nítida na análise de Carlos Guilherme a busca de elementos ideológicos (e políticos) nos autores, como ressaltou Lapa. Contudo, numa observação mais detida, veremos a incidência da perspectiva ideológica apenas em Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna (interpretações autorizadas, visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante, historiografia da elite oligárquica). Prado Júnior, Holanda e Freyre, mesmo para o autor, sendo frutos da Revolução de 30 e de grandes acontecimentos anteriores, portanto, autores suscetíveis às influências político-ideológicas, conseguiram, alavancar uma mudança fundamental para a historiografia brasileira, sem cair nos amuletos ideológicos ou partidários. Representariam, dessa maneira, novos estilos e pontos de partida para o estabelecimento de outros parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado, e as classes sociais, no livro de Caio Prado, apareceriam, pela primeira vez, nos horizontes de explicação da realidade social brasileira, como categoria analítica e não por propósitos políticos.

Além de verificar os aspectos ideológicos somente nos autores mais próximos, por exemplo, em Oliveira Vianna, Carlos Guilherme Mota se vale dos mesmos argumentos para desprestigiar os autores do século XIX e início do XX e valorizar os que despontaram após o movimento de 30, antes utilizados por críticos, tais como os citados acima (Alcântara Machado, José Honório Rodrigues, Dante Moreira Leite). Caio Prado seria um novo valor, a história seria contada de baixo para cima, o conhecimento do Brasil foi aprofundado, superaram-se os aspectos ideológicos da produção histórica brasileira e assim por diante.

Com efeito, a continuação da mesma maneira de se compreender Caio Prado, desde as primeiras análises feitas nos anos 30 até as que despontam nos anos 70,<sup>7</sup> permitiu a cristalização de uma visão consensual — até pelo

---

<sup>7</sup> Devemos ressaltar, entretanto, que Caio Prado, nos anos de 1970 e 80, recebeu diversas críticas de caráter revisionista, sendo as mais contundentes as de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender. Nelas, esses autores buscavam uma alternativa à interpretação caio-pradiana sobre a história brasileira, principalmente em relação ao excessivo peso que Caio Prado deu ao mercado externo em detrimento das estruturas internas da colônia. Dessa maneira, Flamarion e Gorender desenvolveram o conceito de *modo de produção escravista colonial*. Isto significa, como foi salientado, uma crítica de cunho revisionista do modelo

menos meados dos anos 80 — que, se não é no todo equivocada, pelo menos válida somente quando pensamos em seus propósitos. Tal visão — externada por vários dos mais prestigiados historiadores/críticos historiográficos — coloca a “geração de 30” como sendo contraponto, por exemplo, à geração Capistrano e demais homens de destaque na produção historiográfica do século XIX e início do XX. Dessa maneira, o que verificamos é a consolidação de uma avaliação marcadamente valorativa e dicotômica: arcaico/moderno, objetivo/ideológico, renovação/estagnação e assim por diante. Essa dicotomia tem, com efeito, algumas implicações (e propósitos) importantes que devem ser ressaltados na intenção de revelar a necessidade de se rever e avaliar a crítica historiográfica brasileira.

Entre elas destacamos que, ao valorizarem a “geração de 30” — em especial Caio Prado — em detrimento da anterior, por aquela “modernizar” o pensamento social brasileiro e esta representar o que há de arcaico em termos “científicos”, os críticos relegam que ambas as gerações têm algo em comum que não pode ser desprezado, ao contrário, deve ser ressaltado, que é o uso que fazem de suas *Interpretações do Brasil* para proporem a modernização brasileira. É certo que cada qual, em seu período, a propõe de uma maneira, mas, como destaca Ianni (1993)

Essa inquietação essencial [modernizar o Brasil] aparece de modo particularmente nítido nos debates e nas produções originais que caracterizam o pensamento brasileiro. Não só no século XX, mas desde a Independência. Em várias épocas, em especial nas conjunturas críticas, verificam-se novas propostas, manifestam-se projetos e utopias, expressando a luta pela superação dos impasses, atrasos, distorções, arcaísmos, nacionalismos, populismos [...] As duas questões (modernizar e ocidentalizar o Brasil) desafiam autores pretéritos e presentes: Alberto Torres, Oliveira Lima, Lima Barreto [...] Oliveira Vianna, Pandiá Calógeras, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda... José Honório Rodrigues, Raymundo Faoro [...] Celso Furtado, Florestan Fernandes e outros (IANNI, 1993, p. 431).<sup>8</sup>

Com efeito, por essa perspectiva, a noção de que a geração de 30 seria o contraponto dos autores do século XIX e início do XX e a responsável pela

---

interpretativo de Caio Prado e não uma nova maneira de encarar o significado e o sentido de Caio Prado para a produção historiográfica brasileira. Ver mais em Mendes (1997).

<sup>8</sup> Não podemos nos esquecer, ainda, dos trabalhos fundamentais de Miceli (1975), Pécaut (1990) e Oliveira (1997) a respeito da íntima relação entre atividade intelectual e política nos principais intelectuais brasileiros.

modernização do pensamento social brasileiro deixa de ter uma validade absoluta, passando a ter validade relativa. Isto porque se mostra difícil afirmar, por exemplo, que Prado Júnior, ao utilizar o materialismo histórico como método e valorizar as revoluções do período Imperial, agiu com uma finalidade “cultural” ou pretendeu modernizar a historiografia brasileira ou, como é consenso dizer, que o materialismo não causou interferências nas *Leituras do Brasil* por ele realizadas.<sup>9</sup> Entendemos que o mais correto é afirmar que esses elementos entram nas obras de Caio Prado justamente por sua postura ideológica de esquerda e pelo momento bastante agitado da política brasileira, como o período posterior à Revolução de 30, quando escreve seu ensaio de estréia.

Dessa forma, pelo fato de parte expressiva da crítica historiográfica brasileira creditar, até pelo menos o final dos anos de 1980, apenas aos autores do século XIX e início do XX a intenção política de suas *Interpretações do Brasil*, o que prevaleceu nos meios acadêmicos é que a “geração de 30” seria a responsável pela ruptura da historiografia brasileira com o que se produziu anteriormente — não apenas em termos de compreensão da história do Brasil como ainda em relação ao engajamento político.

Achamos ser fundamental, agora, expor alguns exemplos que nos dêem a dimensão exata do tratamento que é dispensado a essas distintas gerações. Como exemplo de legitimação dos autores da geração de 30, por seus “herdeiros”, em detrimento dos intelectuais anteriores, podemos citar um texto de Silva Dias (1998).

Sérgio Buarque de Holanda também discordava do conceito de uma identidade nacional homogênea e fixa, presente na obra de Oliveira Vianna. Chamou a atenção para a eventual incompatibilidade das instituições importadas com as realidades sociais do país, que as elites republicanas se recusavam a levar em conta. (SILVA DIAS, 1998, p. 14)

É necessário lembrar, entretanto, que Oliveira Vianna não entendia o Brasil como portador de uma identidade nacional fixa e homogênea. Aliás, já em 1918, ele vai se insurgir contra os que entendem o Brasil como um corpo único. Vejamos suas palavras:

Estudando as nossas populações regionais do Norte e do Sul, os resultados, a que cheguei, levaram-me a uma convicção contrária ao preconceito da uniformi-

<sup>9</sup> Vários autores compartilham esta opinião; entre eles, Iglésias (1982).

dade atual do nosso povo. É costume entre nós falar do povo brasileiro como se fosse uma massa homogênea e única (...) levando somente em conta os fatores sociais e históricos é já possível distinguir, da maneira mais nítida, pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul e a do extremo-sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas e a dos pampas, com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho. (VIANNA, 1987, p. 15-16).

As afirmações de Oliveira Vianna<sup>10</sup> não nos deixam dúvidas de que ele não via o país de maneira homogênea e, antes de Buarque de Holanda, ele se contrapunha a essa visão. O mais plausível, se um não estivesse sendo valorizado em prejuízo do outro, era apontar que Oliveira Vianna perseguia, isto sim, a criação de uma identidade nacional que pudesse superar essas divisões regionais. Somente com a criação de uma identidade nacional homogênea — via Estado (autoritário) — seria possível, entendia Oliveira Vianna, quebrar as marcas dos regionalismos e localismos (os clãs) e criar um espírito público capaz de unificar a nação brasileira. Portanto, a identidade nacional homogênea era um propósito político de Oliveira Vianna e não a sua visão sobre o Brasil.

Merece destaque ainda o fato de que Sérgio Buarque não foi o único a chamar a atenção para a incompatibilidade entre as instituições importadas e a realidade brasileira. Oliveira Vianna, como Alberto Torres, muito antes o fizera.<sup>11</sup> Tanto é assim que um dos principais pontos do projeto político de Oliveira Vianna — que ele tem em mente desde os anos 10 — é justamente mostrar à elite dirigente do país que as Constituições por ela elaboradas, baseadas em modelos importados, por não levarem em conta a realidade brasileira e terem sido criadas para uma realidade totalmente diversa da nossa, tenderiam, sempre, ao fracasso, como vinha ocorrendo desde a Constituição de 1824. Isto ele denuncia desde *Populações Meridionais do Brasil*, em 1920. Dessa forma, ao chamar a atenção para esse fato, Sérgio Buarque estava, na verdade, retomando uma temática bastante discutida entre a intelectualidade brasileira do início do século XX, preocupada, como ele, em discutir a modernização brasileira.

<sup>10</sup> Não estamos desprezando, no entanto, os equívocos interpretativos de Oliveira Vianna nem seu lado reacionário e autoritário. Entretanto, é impossível negar que o autor deixou marcas profundas no pensamento social brasileiro, inclusive, como destaca José Murilo de Carvalho (1992), em Caio Prado, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Raimundo Faoro e outros.

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, de Oliveira Vianna, o livro *O idealismo da Constituição*, que é de 1922.

Outro exemplo interessante é a mudança de opinião de Guilherme Mota sobre Caio Prado. Como adiantamos, Carlos Guilherme (1994), em *A ideologia da cultura brasileira*, entende o surgimento de Caio Prado, Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Roberto Simonsen como “[...] os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado [...]” (MOTA, 1994, p. 28). Tais autores seriam o contraponto “[...] das explicações autorizadas de Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna [...]” (MOTA, 1994, p.28). Mais adiante, na legitimação historiográfica de Caio Prado, o autor enumera as contribuições do referido autor para a modernização da historiografia brasileira: método novo, explicação das relações sociais a partir de bases materiais, o surgimento das classes enquanto categoria de análise etc. Vimos assim que, enquanto Prado Júnior é valorizado por critérios historiográficos, os demais são analisados pelo político. Entretanto, Mota (2001) apresenta posteriormente Caio Prado como um autor que pertence a uma linhagem historiográfica engajada em elaborar uma história nacional, ao lado de autores que criticou anteriormente, na intenção de valorizar Caio Prado. Vejamos o que o autor diz:

A denominada revolução da Independência foi o ponto de partida para a construção de um sistema ideológico consistente, tendo como pilar a idéia de nação, alimentada pela elaboração contínua de uma História nacional e, portanto, de uma historiografia que a cultivasse. Historiografia que se definiria e se adensaria na vertente que vem de Abreu e Lima, Constâncio, Oliveira Lima, Capistrano, Caio Prado Jr. (sobretudo em suas obras *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*). (MOTA, 2000, p. 201).

Concluindo, entendemos que as interpretações a respeito do papel de Caio Prado na historiografia brasileira estão condicionadas, assim, num primeiro momento (dos anos 20 até a década de 1980), ao desenvolvimento e consolidação dos ideais de modernizar a historiografia brasileira levados a cabo por Carlos Guilherme, Fernando Novais, Laura de Mello e Souza, Francisco Iglésias e outros e, num segundo momento, pelo esgotamento do modelo historiográfico praticado pelos intelectuais da década de 30 e seus herdeiros das décadas seguintes, bem como a crise vivida pelo marxismo como doutrina política e modelo teórico. Desta forma, foi necessário rever análises feitas em um momento em que a produção historiográfica brasileira ainda tinha como parâmetro inovações dos anos 30.

Em relação à significativa mudança de enfoque das avaliações de Caio Prado, a partir de meados dos anos 80 — momento em que as transformações ocorridas no campo historiográfico estão consolidadas, quer dizer, tanto a história econômica como a pautada pelo materialismo histórico estão, senão em franco declínio, pelo menos, passando por uma viragem teórico/metodológica,<sup>12</sup> por um lado e, por outro, há um revés nos movimentos “tradicionais” de esquerda por todo o mundo —, podemos afirmar que elas representam um avanço na pesquisa historiográfica brasileira. Não só por apresentarem de forma clara não apenas que a elite intelectual brasileira assumiu, nos momentos de crise aguda, o papel de orientador das transformações necessárias para se alcançar a modernização,<sup>13</sup> como também porque revelam o movimento interno do campo historiográfico brasileiro, ao desnudarem disputas na busca da legitimação de posições (intelectuais) e propostas históricas (modelos teóricos e metodológicos, temáticas e períodos etc.).

Com efeito, desde então, surgem leituras preocupadas também com a possível — e verificável — influência dos posicionamentos político-ideológicos de Prado Júnior nas suas *Leituras do Brasil*. Dessa maneira, da mesma forma que Oliveira Vianna, Alberto Torres e Gilberto Freyre, por exemplo, autores como Caio Prado passam — mesmo que com a relutância de alguns — a ser avaliados pelo critério que valoriza a influência da sua militância política em seus estudos históricos.

É curioso notar, entretanto, ter partido do maior tributário de Caio Prado, Fernando Novais, o primeiro texto, salvo engano, escrito em 1986,<sup>14</sup> sugerindo uma nova forma de analisar Caio Prado. Ele diz:

[...] queremos chamar a atenção para o fato de que, da mesma forma que existe uma grande coerência entre a obra do historiador e suas posições políticas [...] assim também a discussão e crítica de suas obras historiográficas e o questionamento de sua política devem correlacionar-se. Assim, também, os comentários críticos que antes fizemos (no mesmo texto) à sua historiografia levariam neces-

<sup>12</sup> Ver a esse respeito Florentino e Fragoso (1997).

<sup>13</sup> Voltamos a lembrar que o conteúdo da almejada modernização é variável de época para época, de autor para autor.

<sup>14</sup> Há um outro artigo de Fernando Novais (1983), no qual analisa Caio Prado, em que não há referência à existência de uma relação direta entre suas interpretações históricas e seus posicionamentos políticos — inclusive o nacionalismo. Naquele o que se ressalta é a contribuição de Caio Prado para o marxismo latino-americano.

sariamente a um questionamento do seu nacionalismo e de seu pensamento político. A explicitação dessas relações e o aprofundamento dessa discussão parecem-me o caminho para a avaliação da obra de Caio Prado Jr. (NOVAIS, 1986, p. 22-23).

Assim, os textos que se seguem a este de Fernando Novais não vão levar em conta apenas aspectos historiográficos, como antes era comum, quando da análise de Caio Prado. De lá para cá surgiram diversos trabalhos que não deixam mais de considerar a existência e influência dos componentes *nacionalismo, marxismo, opção política, projeto político e ideologia* nos textos caio-pradianos.<sup>15</sup> Ou melhor, salientam que sua leitura da história brasileira está condicionada — o que não diminui em nada a importância de sua contribuição para a historiografia brasileira — pelo que há de mais pujante em suas preocupações: os destinos do Brasil, a criação da nação brasileira. Portanto, essa ampliação na perspectiva de se analisar Caio Prado, colocando a História, para o autor, como um meio e não como um fim, possibilita não apenas melhor entendê-lo, como, ainda, compreender a própria historiografia brasileira posterior a ele, seja a de crítica historiográfica seja a de conteúdo histórico.

## REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Prefácio. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- CARNEIRO LEÃO, Igor Z. *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*. 1994. 120p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FIGUEIRA, Pedro. *A historiografia brasileira — 1900-1930: análise crítica*. 1973. 222p. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP, Assis.

<sup>15</sup> Entre eles podemos citar: Mendes (1997), Ricupero (2000), Santos (2001), Leão (1994); Martinez (1998), Pinto (1993) e Victoriano (1992).

- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- IGLÉSIAS, Francisco. (Org.). *Caio Prado Júnior: história*. São Paulo: Ática, 1982.
- LAPA, J. Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MACHADO, Alcântara. Um novo valor. In: *Diário de São Paulo*, São Paulo, 1933.
- MARTINEZ, Paulo. H. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*. 1998. 295p. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MENDES, Claudinei. M. M. Caio Prado Júnior e a História do Brasil. A colonização como produção para o mercado externo. In: \_\_\_\_\_. *Ensaios historiográficos*. Assis: Autores Associados, 1997.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MOREIRA LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- MOTA, Carlos. G. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: \_\_\_\_\_. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. S. Paulo: Senac, 2000. v. 1.
- NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PÉCAUT, D. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*: São Paulo: Ática. 1990.
- PINTO, João Alberto da C. *Caio Prado Júnior: uma interpretação do seu pensamento*. 1993, 228p. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- PIVA, Luiz G. *Ladrilheiros e semeadores*. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: 34/Departamento de Ciência Política da USP, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo — colônia*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.



RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Fapesp/34, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *Notícia de vária história*. Rio de Janeiro: São José, 1951.

SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2001.

SILVA DIAS, Maria Odila L. Da política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: \_\_\_\_ . *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Niterói: UFE, 1987.

VICTORIANO, M. R. *A questão nacional no pensamento de Caio Prado Jr.* 1992. Dissertação (Mestrado) — Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Endereço do autor:

Avenida Gal. Osório, 35

CEP 18060-000

Sorocaba, SP

E-mail: fabio.hanna@uniso.br